

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.772 - PE (2019/0201005-5)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT**
AGRAVADO : **O. R. TRANSPORTES LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES - ANTT, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"Processual Civil. Agravo de instrumento movimentado contra decisão proferida em sede de execução fiscal, que indeferiu pedido da parte exequente para realização de pesquisa por meio dos Sistemas RENAJUD e INFOJUD para fins de obtenção de bens da parte executada.

1 - Embora já tenha decidido em outros feitos, condicionando o uso do sistema Renajud ao cumprimento do esgotamento de outras diligências, verifico que sua utilização deve seguir a orientação aplicada ao sistema Bacenjud, que não mais prescinde de exaurimento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados, conforme decidido no REsp 1.112.943, min. Nancy Andrichi, julgado em 15 de setembro de 2010, sob o rito de recurso representativo de controvérsias.

2 - O Renajud é uma ferramenta eletrônica que interliga o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito, possibilitando consultas e o envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de restrição e de retirada de restrição de veículos automotores na Base Índice Nacional (BIN) do Registro Nacional de Veículos Automotores, ou seja, permite a consulta e ordens judiciais eletrônicas de restrição de transferência, de licenciamento e de circulação em qualquer parte do país, facilidade que não dispõe o executado.

3 - O sistema foi criado para atender aos princípios da celeridade e efetividade da tutela jurisdicional, devendo ser aplicado, preferencialmente, na ordem prevista no art. 835, do Código de Processo Civil, seguindo-se após a utilização do sistema Bacenjud, quando o executado, após sua citação, não paga a dívida nem apresenta bens a penhora. Precedente: REsp 1347222, min. Ricardo

Superior Tribunal de Justiça

Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 28 de agosto de 2015.

4 - Por sua vez, o sistema Infojud é um programa eletrônico de comunicação instantânea, via internet, entre os órgãos do Poder Judiciário e a Receita Federal do Brasil, através do qual se tem acesso a informações fiscais da pessoa física ou jurídica pesquisada, tal qual permite o art. 198, § 1º, inc. I, do Código Tributário Nacional. Ou seja, ao contrário dos Sistemas Bacenjud e Renajud, o Infojud não constitui instrumento de constrição de bens, servindo apenas como canal de acesso aos dados fiscais.

5 - No caso dos autos, a pretensão do agravante não encontra respaldo no posicionamento desta Corte, no sentido de que a utilização do sistema Infojud somente é possível em casos excepcionais, quando já esgotados todos os meios de localização de bens da parte executada, fato que não se demonstra no presente caso. Precedente AG 0001075-05.2017.4.05.0000, des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, julgado no dia 30 de janeiro de 2018.

6 - Agravo de instrumento parcialmente provido, apenas para permitir a utilização do sistema Renajud" (fl. 56e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 64/69e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"Processual Civil. Embargos de declaração a desafiar acórdão deste órgão fracionário, julgado em 24 de julho de 2018, id. 4050000.11853789.

1. Pretende a embargante conhecimento e provimento dos aclaratórios a fim de sanar suposta omissão e contradição do decisum, com base no art. 4º e art. 797, ambos do Código de Processo Civil, bem como art. 198, § 1º, inc. I, e art. 199, ambos do Código Tributário Nacional, aos argumentos, em síntese, de que o Poder Judiciário deve utilizar os meios pertinentes e disponíveis para atingir o referido desiderato, ou seja, para garantir ao exequente o recebimento do seu crédito e que a utilização dos sistemas Infojud e Renajud é medida efetiva e célere de prestação jurisdicional, não existindo necessidade de exaurimento das medidas ordinárias de localização de bens do devedor para solicitação de pesquisa no sistema Infojud.

2. Não há omissões no julgado conforme entendimento proferido na sua ementa abaixo transcrita:

1- Embora já tenha decidido em outros feitos, condicionando o uso do sistema Renajud ao cumprimento do esgotamento de outras diligências, verifico que sua utilização deve seguir a orientação

Superior Tribunal de Justiça

aplicada ao sistema Bacenjud, que não mais prescinde de exaurimento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados, conforme decidido no REsp 1.112.943, min. Nancy Andrichi, julgado em 15 de setembro de 2010, sob o rito de recurso representativo de controvérsias.

2- O Renajud é uma ferramenta eletrônica que interliga o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito, possibilitando consultas e o envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de restrição e de retirada de restrição de veículos automotores na Base Índice Nacional (BIN) do Registro Nacional de Veículos Automotores, ou seja, permite a consulta e ordens judiciais eletrônicas de restrição de transferência, de licenciamento e de circulação em qualquer parte do país, facilidade que não dispõe o executado.

3- O sistema foi criado para atender aos princípios da celeridade e efetividade da tutela jurisdicional, devendo ser aplicado, preferencialmente, na ordem prevista no art. 835, do Código de Processo Civil, seguindo-se após a utilização do sistema Bacenjud, quando o executado, após sua citação, não paga a dívida nem apresenta bens a penhora. Precedente: REsp 1347222, min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 28 de agosto de 2015.

4- Por sua vez, o sistema Infojud é um programa eletrônico de comunicação instantânea, via internet, entre os órgãos do Poder Judiciário e a Receita Federal do Brasil, através do qual se tem acesso a informações fiscais da pessoa física ou jurídica pesquisada, tal qual permite o art. 198, § 1º, inc. I, do Código Tributário Nacional. Ou seja, ao contrário dos Sistemas Bacenjud e Renajud, o Infojud não constitui instrumento de constrição de bens, servindo apenas como canal de acesso aos dados fiscais.

5- No caso dos autos, a pretensão do agravante não encontra respaldo no posicionamento desta Corte, no sentido de que a utilização do sistema Infojud somente é possível em casos excepcionais, quando já esgotados todos os meios de localização de bens da parte executada, fato que não se demonstra no presente caso. Precedente AG 0001075-05.2017.4.05.0000, des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, julgado no dia 30 de janeiro de 2018.

6- Agravo de instrumento parcialmente provido, apenas para permitir a utilização do sistema Renajud.

3. Evidencia-se, em verdade, que a intenção do embargante é a de reapreciação da tese jurídica adotada por este relator, o que é inviável por meio de embargos de declaração, uma vez que eles não são a via própria para se discutir o acerto ou não da decisão. Igualmente, não se

Superior Tribunal de Justiça

deve perder de vista que os embargos de declaração não se prestam para questionar a interpretação jurídica ou para reformar a decisão embargada, tendo objeto restrito, devem evidenciar, ainda que para fins de prequestionamento, a existência de um dos requisitos de admissibilidade específicos desse recurso: obscuridade, contradição, omissão, ou, para corrigir erro material.

4. Aclaratórios improvidos" (fls. 83/84e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. **4º e 797 do CPC/2015; 198 § 1º e 199 do CTN**, sustentando a possibilidade de utilização do RENAJUD e do INFOJUD, independentemente do esgotamento das diligências pela exequente.

Por fim, requer o provimento do recurso.

Sem contrarrazões.

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 101e), foi interposto o presente Agravo (fls. 105/108e).

Contraminuta não apresentada.

A irresignação merece prosperar.

Orienta-se a jurisprudência do STJ, na linha do entendimento pretoriano já consagrado em relação ao Bacenjud, no sentido da desnecessidade de prévio esgotamento de medidas tendentes à localização de bens do executado, para o fim de possibilitar a utilização do Infojud e do Renajud.

Senão, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CONSULTA AO SISTEMA INFOJUD. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DAS DILIGÊNCIAS A FIM DE LOCALIZAR BENS DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. A parte recorrente sustenta que o art. 535, II, do CPC foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF.

2. A instância de origem, a despeito da oposição de Embargos

Superior Tribunal de Justiça

Declaratórios, não emitiu juízo de valor sobre o art. 620 do CPC/1973 (princípio da menor onerosidade) e 185-A do CTN (cabimento da indisponibilidade dos bens).

3. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. O acórdão recorrido consignou: 'A questão centra-se na insatisfação das agravantes ante a decisão monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento, mantendo a decisão agravada que deferiu a penhora 'on line' pelo sistema BACEN-JUD. (...) Quanto ao bloqueio dos depósitos bancários, não restou comprovado a natureza salarial dos valores bloqueados, sendo certo que a matéria não comporta mais discussão, pois em Recurso Repetitivo (STJ, REsp 112.943-MA, Rel. Min. Nancy Andrigli, ocorrido em 15/09/2010), ficou sedimentado o entendimento da possibilidade da penhora 'online' pelo sistema BACENJUD, sem a necessidade prévio exaurimento na busca de outros bens do executado, colacionando para tanto, julgados que perfilham este entendimento' (fl. 614, e-STJ).

5. O Tribunal 'a quo' está em consonância com o Superior Tribunal de Justiça que em precedente submetido ao rito do art. 543-C firmou entendimento segundo o qual é desnecessário o esgotamento das diligências na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora 'on-line' (sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD), em execução civil ou execução fiscal (AgInt no REsp 1.184.039/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4/4/2017).

6. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.724.422/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PESQUISA DE BENS VIA INFOJUD. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS.

1. Não ocorre contrariedade ao art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu exame, como ocorreu na espécie.

2. 'O STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao

Superior Tribunal de Justiça

Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados' (AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017).

3. Recurso especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.667.420/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/06/2017).

Considerando que o acórdão recorrido está em dissonância com a orientação jurisprudencial do STJ, incidem, na espécie, as Súmulas 83 e 568 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **dar provimento** ao Recurso Especial, a fim de autorizar, no caso, a utilização dos sistemas Infojud e Renajud.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora